

Brasil – Angola: uma relação antiga, profunda, atual e com futuro*

João Baptista de Matos**

Um oceano nos separa, um passado de dor e sofrimento começou a unir-nos, um presente de trabalho e interesses recíprocos liga-nos com um futuro promissor e cheio de desafios. A análise de diferentes realidades é o objetivo desta breve reflexão.

A importância do Atlântico Sul

As vias marítimas de comércio internacional são importantes para os países ribeirinhos de cada um dos oceanos ou mares, mas são também importantes para os outros, principalmente para aqueles que, do ponto de vista socioeconômico, mais dependem do exterior. Quanto maior a economia, maior a dependência do exterior, e daí o fato de as grandes potências mundiais serem as principais utilizadoras dessas mesmas vias.

Como via marítima, o Atlântico Sul ganhou grande importância com a descoberta do Caminho Marítimo para a Índia, que, apesar de aumentar a distância, diminuiu o nú-

mero de intermediários e o valor do frete, permitindo trazer o negócio das especiarias para Portugal, retirando-o aos mercadores venezianos e árabes. A substituição de Portugal e Espanha, como as grandes potências marítimas, pela Inglaterra e Holanda não diminuiu a importância do Atlântico Sul. Mesmo a rota do chá e do algodão, por exemplo, que até fins do século XIX, nos *clippers*, aproveitando os *roaring forties*,¹ vinha da Ásia e da Austrália, passava pelo Cabo Horn e, através do Atlântico, seguia para a Europa.

Essa importância só foi diminuída depois da abertura do Canal do Suez (em 1869) e mais tarde do Canal do Panamá (em 1914), mas voltou a aumentar, em meados dos anos

* Colaboração do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil – IGHMB.

** O General de Exército João Baptista de Matos foi Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas Angolanas, de dezembro de 1992 a janeiro de 2001. Nascido em 30 de maio de 1955, em Sanza Pombo, província do Uíge, foi incorporado nas FAPLA em 17 de julho de 1974. Desempenhou várias funções e participou em muitas operações militares em todas as províncias de Angola. Frequentou vários cursos militares e é Mestre em Ciências Militares pela Academia Militar Frunze, da Rússia. Possui várias medalhas nacionais e estrangeiras. É casado e tem 7 filhos. Atualmente é Presidente do Conselho de Administração do Grupo Empresarial Genius, Presidente da Fundação Quissama e Presidente do Conselho Geral do Centro de Estudos Estratégicos de Angola.

¹ Nome dado pelos marinheiros às latitudes entre os 40º e os 50º Sul, caracterizado por ventos permanentes muito fortes de oeste. Eram aproveitados pelos grandes veleiros, nomeadamente os *clippers*, para mais rapidamente chegarem ao seu destino.

1950, com a nacionalização do Canal do Suez e dos problemas que daí advieram. Tal cenário resultou na procura de novas e mais seguras rotas de evacuação do petróleo, que, apesar de aumentarem a distância a percorrer, obrigavam a diminuir o valor do frete, e isso só era possível com o aumento da capacidade e, por conseguinte, das dimensões dos petroleiros. A solução foi a criação dos VLCC,² que tinham como único inconveniente a impossibilidade de utilizar o Canal de Suez e muitos dos portos da Europa e dos Estados Unidos, obrigando ao transbordo ou à descarga em *offshore*.

Na realidade, o Atlântico Sul é um imenso corredor sem estreitas passagens estratégicas ou pontos de estrangulamento (*chokepoints*), esses “calcanhares de aquiles geográficos da economia global”,³ por onde passa a grande quantidade de petróleo que, vinda do Oriente Médio, transita principalmente para a América do Norte. Deve-se frisar que, ainda hoje, 1/3 de todo o petróleo é transportado nos VLCC. Também algum tráfego petrolífero, vindo do mesmo Oriente Médio, segue para a Europa e para a América do Sul, bem como o originário da costa ocidental de África, que segue para os mesmos destinos, para além do que, hoje em dia, se destina à Ásia, principalmente à China.

Também importante no Atlântico Sul, vindo de muitas origens para diferentes destinos, tanto de países ribeirinhos como de outros, é o tráfego de matérias-primas – como carvão, ferro e bauxita – e produtos agrícolas – tal como o açúcar, cereais etc. Essas matérias-primas são transportadas a granel em navios especia-

lizados. Há também o transporte de produtos manufaturados, tanto de bens duráveis – por exemplo, maquinaria e veículos motores – como de consumíveis, grande parte já contentorizados, de forma a diminuir as estadias nos portos, que aproveita o Atlântico Sul.

Apesar de não ter grandes constrangimentos e de ser considerada uma zona estratégica secundária e periférica, essa importante via preocupa as grandes potências, principalmente as ocidentais, não só individualmente como também em sua organização defensiva, a Otan, que na sua denominação leva o nome do Atlântico Norte. Não é por acaso que os EUA acabam de criar o Comando África (*Africa Command*) com o objetivo de controlar as costas africanas do Atlântico, em contraponto ao Comando Austral (*Southern Command*), o qual controla as costas sul-americanas do mesmo oceano, e também não é por acaso que desde há uns anos apoiam a formação de exércitos africanos. Por outro lado, a Otan iniciou exercícios conjuntos com e em Cabo Verde, na fronteira entre o Atlântico Norte, seu território natural e estatutário, e o Atlântico Sul, onde a exemplo do Afeganistão poderá vir a atuar no futuro.

Não se deve esquecer que, não faz muito tempo (1982), o Atlântico Sul foi palco de uma guerra não declarada entre britânicos e argentinos pela posse das ilhas Malvinas ou Falkland, nome pela qual esta guerra ficou conhecida. As dificuldades logísticas para os britânicos mostraram-se enormes, já que não conseguiram portos e aeródromos abertos na área para permitir o reabastecimento das suas

² Very Large Crude Carriers (Muito Grandes Transportadores de Crude), que podem transportar até 300 mil toneladas *deadweight*, cerca de 2 milhões de barris.

³ “*Straits, Passages and Chokepoints – A Maritime Geostrategy of Petroleum Distribution*”, Jean-Paul Rodrigue. In: Cahiers de Géographie du Québec, v. 48, n. 135, Dez. 2004.

forças navais e aéreas. Na realidade, a maioria dos governos sul-americanos ou mostrou simpatia pela causa argentina ou optou por uma neutralidade total, que na prática prejudicava os britânicos. No entanto, a intervenção dos EUA, principalmente por meio da abertura do acesso a *stock* de armamento, combustível e meios de comunicações, depositados na Ilha de Ascensão, permitiu minimizar o problema para os britânicos, possibilitando a vitória na guerra.

Mas, além da enorme importância como via marítima, o Atlântico Sul esconde outras grandes riquezas. O pescado representa milhões de toneladas anuais para consumo humano e para as indústrias. As plataformas continentais são a grande fonte da pesca e, apesar do seu sobreaproveitamento, esta ainda se mantém. A proteção desse riquíssimo legado é um problema complicado e dele falaremos mais adiante.

A segunda fonte de riqueza refere-se aos hidrocarbonetos, que implantados em grande escala, no fundo das plataformas continentais e nos seus limites mais próximos, são uma mais-valia para os países em cujas plataformas se encontram. O preço do petróleo e os avanços tecnológicos da exploração em águas profundas permitem hoje a utilização econômica dessas riquezas dos fundos atlânticos.

Também nos fundos oceânicos costeiros se encontram depósitos, aluviais ou não, de metais, como o ferro, o alumínio, o titânio e o cromo, bem como de pedras preciosas. Estes depósitos têm sido explorados esporadicamente, como foi o caso dos diamantes na costa da Namíbia.

Para além destes depósitos nas plataformas costeiras, encontram-se outros em maiores profundidades, mais conhecidos como nódulos. Formados ao longo de milhões de

anos em camadas concêntricas sucessivas, são principalmente constituídos por manganês e ferro, com quantidades menores de cobre, níquel e cobalto. Acredita-se que a maior parte desses nódulos se encontra no Leste do Brasil e na Bacia das Agulhas, ao sul da África do Sul, mas muito provavelmente estarão espalhadas por outras áreas do Atlântico Sul. No entanto, as acumulações encontradas no Atlântico são menores e menos promissoras economicamente que as encontradas no Pacífico.

Outra utilização das águas oceânicas é a da produção de energia, usando os efeitos das marés, ou das ondas ou mesmo as diferenças de temperatura das águas à superfície e em profundidade, para gerar eletricidade.

Por último, deve ser mencionado o enorme potencial, em parte já explorado, principalmente nas costas brasileiras, da indústria do turismo e do lazer, principalmente da pesca desportiva, tanto de superfície, de terra ou de barco como submarina; da navegação de recreio, tanto a vela como a motor, e das variedades de *surf*, tanto na sua forma pura, usando a rebentação, como com vela, usando o vento (*windsurf*), para além da utilização das próprias praias.

Relações Brasil – Angola

Este é o oceano que nos separa e que há séculos nos une. A história dos dois países, mas principalmente a dos dois povos, há muito está ligada. Muito contra a vontade dos seus filhos, parte sem interferência de qualquer um deles, mas ultimamente de uma forma deliberada, consentida e com vantagens mútuas.

Quis o destino, ou talvez a visão estratégica e o conhecimento da realidade dos negociadores portugueses, que os territórios que hoje constituem o Brasil e Angola se situassem na

mesma metade do mundo que coube a Portugal, conforme acordado no Tratado de Tordesilhas, de 1498, com a Espanha, que entre ambos dividiu os mares e as terras do mundo de então, fossem estes conhecidos ou desconhecidos. A consolidação da descoberta do caminho marítimo para a Índia, no mesmo ano, levou ao envio de importante armada, chefiada por Pedro Álvares Cabral que, como por acaso, “descobriu” o Brasil, quase 20 anos depois de Diogo Cão ter passado por terras de Angola, no outro lado do mesmo oceano.

Antigas e profundas

Mas nessa altura os interesses portugueses estavam voltados para a Ásia e para as suas riquezas, e ambos os territórios passaram para segundo plano, do qual o Brasil só sairia 30 anos depois após a criação das capitânicas, e Angola alguns séculos mais tarde.

A conversão de Pernambuco à produção açucareira arrastou uma consequente escassez de mão de obra barata, já que os jesuítas haviam conseguido leis e bulas que concediam a liberdade dos índios e, portanto, impediam a sua utilização como escravos.

Esse fato levou à primeira ligação com Angola. Infelizmente a pior ligação possível, assente em uma das mais terríveis formas de exploração do homem pelo homem – a escravatura, na altura, aceite por muitos como normal e defensável. Desde então e até à sua abolição, em 1888, cerca de 12 milhões de africanos, incluindo angolanos, sendo a maioria proveniente da Região do Golfo da Guiné, foram transportados, em condições sub-humanas, para o Brasil, onde serviam como trabalhadores rurais e domésticos. Mesmo depois de sua libertação, continuaram a ser discriminados na educação, no emprego e na habi-

tação. Mas são esses mesmos africanos que, contra tudo e todos, com a sua alegria, a sua música, a sua dança e as suas práticas religiosas, definiram e definem, em grande parte, a vida cultural do Brasil.

Mas foi essa mesma escravatura que esteve na base da consequente aproximação entre Brasil e Angola, em uma altura em que ambos eram ainda colônias de Portugal. A ligação das coroas de Espanha e Portugal teve como consequência o ataque e posse dos territórios deste por inimigos do Império Espanhol. Assim, os holandeses atacaram e, durante cerca de um quarto de século, ocuparam parte do território brasileiro, ao mesmo tempo que ocupavam também parte do angolano. Os brasileiros, sem a ajuda de Portugal, derrotaram e expulsaram os holandeses em 1654, fato que provavelmente marca o nascimento do sentimento nacionalista brasileiro.

Libertado o seu próprio território, era necessário que a sua principal fonte de mão de obra barata também o fosse. Assim se explica que, com o esforço e o dinheiro de abastados homens do Brasil, fosse organizada, reunida e guarnecida com marinheiros, soldados, peças de artilharia, munições e mantimentos uma armada que pudesse atravessar o Atlântico e chegar a Angola, para que também daqui se expulsassem os holandeses.

Esta frota de 15 navios era comandada pelo Almirante dos Mares do Sul e General das Frotas, Salvador Correia de Sá e Benevides, descendente dos fundadores do Rio de Janeiro, Mem de Sá e Estácio de Sá. Utilizando estratagemas invulgares, uma substancial dose de atrevimento e audácia nas decisões, o almirante conseguiu, com uma correlação de forças negativa, impedir a unificação das forças inimigas obrigando à sua rendição por partes, algumas das quais superiores ao total das suas

forças, como, por exemplo, os 1.100 holandeses, aquartelados nas fortalezas quase intactas de S. Miguel e Nossa Senhora da Guia, os quais se renderam aos 600 homens de Correia de Sá.

Mais próximas

Séculos depois, já em meados do século XX, a história seguinte começou no Atlântico Norte, tinha fim previsto em Angola, terminou no Brasil, mas teve enormes e profundas repercussões no futuro dos angolanos. Um opositor ao regime ditatorial português de Oliveira Salazar, oficial do Exército, antigo inspetor das colônias, grande conhecedor de Angola, da qual descreveu as riquezas cinéticas, o Capitão Henrique Galvão, comandou uma força que se apoderou e desviou o paquete português *Santa Maria*, tornando-o em um precursor dos futuros “piratas” que, nas décadas seguintes, desviaram dezenas de navios e aviões por esse mundo fora.

A ideia que então espalhou foi a que Galvão queria vir com o navio, entretanto rebatizado de *Santa Liberdade*, para Angola e daqui iniciar algum outro tipo de luta contra o regime salazarista. A toda-poderosa armada estadunidense impede-o de levar a cabo os seus intentos e o obriga a rumar ao Brasil, mais concretamente ao porto do Recife, onde se entrega e é bem recebido pelos representantes do regime progressista de Jânio Quadros.

Se a história inicial por aí ficou, a angolana iria então começar. A presença de jornalistas estrangeiros em Luanda, para cobrirem o evento, levou os nacionalistas angolanos a apro-

veitar o momento para lançar o processo de luta armada, esgotadas que estavam todas as tentativas pacíficas de se afirmarem. O assalto às cadeias de Luanda, em 4 de fevereiro de 1961, iniciou a luta armada de libertação de Angola que terminou 14 anos depois, com a Independência, em 11 de novembro de 1975.

E é neste mesmo dia que surge o próximo episódio da ligação Angola-Brasil – a primeira história com os dois países independentes, com a vontade e os interesses de ambos. À 0h do dia 11 de novembro de 1975, com o troar dos canhões da batalha em Quifangondo⁴ como pano de fundo, o Dr. Agostinho Neto, presidente do MPLA,⁵ proclamava “perante a África e o mundo” a independência de Angola.

Mas logo de imediato receberia a primeira manifestação de reconhecimento internacional. Esse reconhecimento vinha do outro lado do Atlântico, dado pelo governo do General Ernesto Geisel, considerado como uma decisão fundamental “para conferir legitimidade à ação diplomática brasileira, principalmente para eliminar percepções internacionais de que o Brasil representaria interesses americanos”.

Para Angola essa decisão constituía uma base importante de legitimidade para o reconhecimento por parte de outros países da comunidade internacional. Este foi o primeiro passo, outros no entanto se seguiriam...⁶

Atuais

Qual o estado da atual cooperação entre os dois países? Muitos projetos vêm sendo

⁴ Localidade a poucos quilômetros de Luanda, foi palco de violentos combates entre as forças militares do MPLA e forças do exército zairense e de mercenários europeus, que tinham por missão chegar a Luanda.

⁵ MPLA – Movimento Popular de Libertação de Angola, um dos três movimentos de libertação de Angola, que proclamou unilateralmente a independência, já que se encontrava em conflito aberto com os outros dois.

⁶ “As perspectivas de cooperação Sul-Sul no relacionamento Brasil-China”, de Henrique Altemani de Oliveira, Nueva Sociedad 2003.

implementados nos mais diversos domínios, quer pela cooperação bilateral, quer na área institucional. Eis alguns dos exemplos:

- *Na Agricultura* – acordos nas áreas da extensão rural e na investigação agronômica e veterinária;

- *No Ambiente e Urbanismo* – nas áreas da legislação e educação ambiental, caracterização de recursos naturais e áreas protegidas;

- *Na Educação, Ciência e Tecnologia e Formação Profissional* – um importante programa com o nome de “Escola para Todos”, cooperação científica e de tecnologias, programas de pós-graduação, colheita de dados via satélite, cooperação na formação profissional;

- *Na Justiça* – acordos sobre assistência judiciária mútua e sobre extradição.

No que se refere ao investimento privado e público-privado, pode-se mencionar o primeiro e mais importante projeto – a barragem hidrelétrica de Capanda, onde várias empresas brasileiras, em cooperação com empresas angolanas, desenvolveram a maior e mais importante obra de engenharia realizada em Angola depois de independência nacional. Atualmente, as duas turbinas em funcionamento produzem cada 130 megawatts, em um total de 260 megawatts. Em julho de 2007, prevê-se o fim da instalação de mais dois grupos geradores, que vão fixar a capacidade da hidrelétrica em 520 megawatts. Capanda permite também a regularização do caudal do médio Kwanza (maior rio que nasce e desagua em Angola), evitando a inundação das terras a jusante de Cambambe, e a albufeira vai garantir o surgimento do polo agroindustrial de Capanda. Serão 410 mil hectares, sendo 327 mil para agroindústria, 24 mil para irrigação, 70 mil para o turismo e 13 mil para zona urbana. Por outro lado, este projeto viabiliza a construção de sete barragens a jusante e permite também a interligação com os

sistemas Centro e Sul do país, o que vai facilitar a distribuição do potencial energético pelo país.

Existem outros projetos de natureza idêntica, uns mais avançados do que outros, principalmente nas áreas de:

- *Construção e Urbanismo* – construção de condomínios, *shoppings* e desenvolvimento da área de Luanda Sul;

- *Águas e Saneamento* – programa de reabilitação da rede sanitária de Luanda; melhoria do abastecimento de água para a população de Luanda e Benguela;

- *Irrigação* – projetos de canais de irrigação;

- *Mineração* – projetos de pesquisa, prospecção e exploração de diamantes e metais básicos;

- *Petróleo* – programas de pesquisa e exploração *offshore*.

A título meramente exemplificativo e sem querer tecer juízos de valores nem particularizar em excesso, a Petrobras, desde 1979, trabalha em Angola, onde já participou em vários projetos de prospecção e exploração de petróleo, principalmente nas águas rasas na Bacia do Baixo Congo, no Bloco 2, e associada na exploração em águas profundas, no Bloco 34. Na década de 1980, colaborou em um programa de treino para quadros angolanos da indústria petrolífera, denominado Proquadros. Também são conhecidas as suas ações humanitárias, no apoio social e na formação profissional.

O futuro

Se este foi o passado e o presente, como vai ser ou como deverá ser o futuro? Se nos tempos difíceis era assim, como deverá ser nos próximos e provavelmente mais estimulantes tempos? Não sejamos demasiado otimistas. Porém, após o nosso passado recente, também não podemos ser pessimistas. Temos de acreditar no futuro e na nossa capacidade de defini-lo e,

principalmente, de apontar metas. Em um mundo globalizado, como é o de hoje, muitas das soluções estão definidas, poucas estão implementadas. Muitos dos organismos e das instituições que as poderão levar avante já existem, mas ainda não funcionam como deveriam. O desejo e a vontade existem, mas o conhecimento, a experiência e a prática de o levar a cabo estão longe de estar rodadas.

Devemos ser ambiciosos, mas temos de ser pragmáticos, conhecer a realidade, planificar com cuidado, definir etapas, dar passos cuidadosos mas seguros, controlar e corrigir a seu tempo os erros. A agenda deve ser nossa, mas tem de ser rigorosa e ao mesmo tempo flexível para poder suportar atrasos que inevitavelmente irão surgir, não devendo em caso algum queimar etapas ou deixar correções para depois. O tempo é importante mas o fazer bem é ainda mais importante.

Ao procurarmos material para a última parte deste artigo, deparamo-nos com um documento recente, mais precisamente de 30 de novembro de 2006, produzido pela 1ª Cimeira África – América do Sul e intitulado A Declaração de Abuja.⁷ Nesse documento está espelhada grande parte das ideias que achamos que devem ser objeto da cooperação entre Brasil e Angola. Iremos citar alguns passos do preâmbulo desse documento:

“A cooperação entre as duas regiões deve assentar no engajamento com: o multilateralismo, o respeito da lei internacional, a democracia, a observância dos Direitos Humanos e da Lei Humanitária, o desarmamento, a prevenção e o combate ao terrorismo, o combate ao tráfico ilícito de armas ligeiras e munições,

a luta contra o tráfico humano e de drogas; a não proliferação de armas nucleares e outras de destruição massiva; a procura do desenvolvimento sustentável, acompanhado pela justiça social, a erradicação da fome e da pobreza e a proteção do meio ambiente.”⁸

Assim, uma possível linha de atuação passa necessariamente pelo reforço e pela consolidação da cooperação institucional e estratégica Sul-Sul, enquadrada por sua vez no ambiente institucional da CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa) e com uma dimensão bilateral, que pudesse acomodar os interesses e as necessidades específicas do Brasil e de Angola. É nesse quadro que talvez alguns dos problemas mais prementes – tais como a erradicação da pobreza, a educação e a saúde – poderiam ser abordados pelas autoridades competentes.

Uma outra linha de análise passa pela reflexão em torno das causas que podem trazer riscos à segurança dos Estados e, naturalmente, das populações, como é o caso do terrorismo, do tráfico de armas, e da proliferação de armas de destruição massiva. As iniciativas para o seu combate são fundamentais para se conseguir a Paz, como, por exemplo, era proposto pela Resolução 41/11 da Assembleia-Geral das Nações Unidas, de 27 de outubro de 1986, na qual se declarava o Atlântico Sul como uma Zona de Paz e Cooperação (ZPCAS). Importante também é a cooperação multilateral ou bilateral, por intermédio dos organismos especializados das Nações Unidas, do Mercosul e do Conselho de Paz e Segurança da União Africana, e mesmo da CPLP.

“A Cooperação Sul-Sul constitui um importante objetivo para ambas as regiões, especial-

⁷ Brasil e Angola, para além de outros países, foram patrocinadores iniciais desta Resolução.

⁸ Preâmbulo da *Abuja Declaration, First Africa-South America Summit*, Abuja 2006, documento em inglês. A tradução é nossa. Ver em www.asasummit.abuja2006.org

mente no partilhar e transmitir as boas práticas nas áreas (...) da ciência e da tecnologia, da cultura, da educação e da juventude das respectivas regiões e daí a necessidade de ações conjuntas nessas áreas.”⁹

Entre outros aspectos que vaticinamos poder desenvolver-se em benefício comum de Angola e Brasil estão a educação, ciência e tecnologia. O intercâmbio entre universidades, institutos de investigação, professores e alunos, a concessão de bolsas de estudo, as facilidades para a realização de pós-graduações nos mais diversos domínios, mas principalmente voltados para as ciências, as engenharias, as ciências agrárias, a medicina, as novas tecnologias de informação e comunicações (TIC) constituem uma mais-valia que o Brasil pode, eventualmente, colocar ao dispor de Angola. Considerando a língua portuguesa como um importante veículo de aproximação e cultura, pensamos inclusive na criação de polos universitários brasileiros em solo angolano, no fornecimento de manuais escolares, livros didáticos e científicos, bem como cursos em suporte técnico para a utilização em ensino a distância e por correspondência. A língua comum permite também a criação ou o enriquecimento dos mercados livres dos dois países.

No domínio da saúde, seria possível, eventualmente, explorar formas de luta contra a malária, a tuberculose e a Aids, bem como a fabricação de medicamentos genéricos, que permitem, de forma muito mais econômica, combater algumas das referidas pandemias. Essas são outras tarefas que poderiam ser desenvolvidas no âmbito bilateral.

O controle e a proteção da pesca poderiam merecer um cuidado especial, por exemplo no âmbito da cooperação no domínio da

utilização de satélites de vigilância, a troca de informação, na preparação e equipamento dos instrumentos fiscalizadores das áreas costeiras e das ZEE (Zona Econômica Exclusiva), incluindo a utilização de marinhas de guerra e ou guardas costeiras, bem como a utilização para esse fim de meios navais e aéreos. Outras atividades, ligadas ao pescado e que poderão, eventualmente, ser objeto de cooperação são a aquicultura e a criação de jacarés.

Outra área de cooperação poderia vir a ser a agricultura e a agropecuária, bem como as indústrias afins, já que são áreas geradoras de muitos empregos, garantem a segurança nutricional e alimentícia das populações e, mediante a formação, contribuem para a melhoria do nível de vida das populações rurais, fixando-as e evitando a sua fuga para as áreas urbanas, já de si sobrecarregadas com população excedentária. Também seria importante a troca de experiências no referente à reforma agrária, fugindo aos excessos e aos erros do passado.

Apesar de ser uma área onde já existe alguma cooperação e intercâmbio, o setor da energia eventualmente poderia vir a merecer um reforço da cooperação, acompanhando assim a tendência do mercado internacional, principalmente no domínio das energias renováveis: a hidrelétrica, a solar, a eólica, a geotérmica e na utilização dos efeitos das marés e das ondas.

No domínio das indústrias, vemos como possível a cooperação ligada à montagem de viaturas, ligeiras e pesadas, com a incorporação de componentes de origem angolana, o que permitirá um aumento do parque industrial; as indústrias de armamento e de equipamentos militares, com vista ao mercado africano; e, por último, a indústria de manutenção de aviões, de origem brasileira, o que

⁹ Preâmbulo da *Abuja Declaration*, já citada anteriormente.

pode facilitar a sua venda em países da África Central e Austral.

A cooperação no domínio das infraestruturas de transportes – portos, aeroportos, estradas de ferro e estradas – é importante e com vantagens mútuas para os dois países, pois permite a entrada ao interior do Continente africano, sabendo-se que Angola dispõe de importantes portos – Luanda, Lobito, Namibe – e todos eles, dentro em breve, com ligações aos países vizinhos por via ferroviária, para além da rodoviária.

“A importância da cooperação Sul-Sul em um mundo interdependente, que requer a expansão do conhecimento de cada um, o encorajamento da troca de informação e experiências, e trabalhando coletivamente em matérias de interesse mútuo.”¹⁰

É com o trabalho coletivo em matérias de interesse mútuo que pensamos terminar esta breve reflexão. Começamos pela Cooperação Sul-Sul. A posição comum dos países do Sul e a constituição de frentes de negociação poderiam vir a constituir umas das grandes prioridades para que o Mundo desenvolva e ponha em funcionamento um modelo de trocas, dentro do sistema da Organização Mundial do Comércio, que seja favorável a todos e não somente aos países mais desenvolvidos.

¹⁰ Preâmbulo da *Abuja Declaration*.

¹¹ *Abuja Declaration*, ponto 22.

“Um comércio multilateral, justo, regulado, transparente e não discriminatório é essencial para permitir que os países em desenvolvimento se beneficiem da globalização.”¹¹

Uma frente comum dos países em desenvolvimento, ou pelo menos de alguns deles, para negociar em Doha é fundamental. Importante também uma posição comum para discutir e conseguir a reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas, no qual os países do Sul devem ter mais vozes. Um mundo melhor para os mais desfavorecidos também passa pela conquista desse desiderato.

Conclusão

Brasil – Angola: uma relação antiga, profunda, atual e com um futuro que constitui um desafio promissor, vai pôr à prova a nossa capacidade de deixarmos para as gerações futuras um mundo melhor, mais pacífico, mais justo, mais feliz e mais rico do que aquele que encontramos. Desafio difícil mas que vale a pena correr em benefício de ambos os países, particularmente no quadro de um polo de desenvolvimento sustentado como parceiros da CPLP. Os nossos descendentes vão agradecer, e os nossos antepassados comuns irão ficar orgulhosos.